

Quarta-feira, 22 de Março de 2006

Ano XII - Edição N.: 2570

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Políticas Urbanas - COMUSA

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco de outubro de dois mil e cinco, realizou-se a 15ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Av. Afonso Pena, 4.000 (quatro mil), 7º andar - Bairro Mangabeiras. Estavam presentes os conselheiros: Murilo de Campos Valadares e Maria Fernandes Caldas (SMURBE), Ricardo Carvalho Ferreira Pires (SMPL), Paulo de Souza Duarte (SMF), Paulo Roberto Takahashi (SUDECAP), Flávia Mourão Parreira do Amaral (SMAMA), Evandro Xavier Gomes (FZB), Sinara Inácio Meireles Chenna e Edmundo José Martins (SLU), Helvécio Miranda Magalhães Júnior (SMSA), Claudius Vinicius Leite Pereira (URBEL), Márcio Almeida Dutra (SMGO), Antônio Leite Alves Radicchi (ONGs), Rômulo Thomaz Perilli (COPASA), Jorge Salum (SICEPOT).

Verificado o quórum, o Conselheiro Murilo de Campos Valadares, iniciou a reunião, solicitando a inversão de ordem dos dois primeiros pontos da pauta: discutir o Convênio PBH/COPASA, antes de "Estratégias de Implementação das Ações do Controle de Zoonose em BH". Todos concordaram e o Conselheiro então apresentou uma proposta de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saneamento. Poderão ser gastos, ainda este ano, R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) porque havia uma previsão de serem depositados R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) no Fundo, em 2005, mas esta previsão aumentou para R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais). A proposta é aplicar este valor excedente da seguinte maneira: R\$ 3.000.000,00 (três milhões) no DRENURBS, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) no Plano Multissetorial Integrado do Aglomerado da Serra - PMI, e R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) no PROAS. O Conselheiro apresentou uma tabela mostrando cada empreendimento e seu respectivo custo e, em seguida, a palavra foi passada para o Conselheiro Paulo Duarte, que detalhou as informações econômico-financeiras do Fundo Municipal de Saneamento. O Conselheiro Murilo de Campos Valadares, colocou a proposta em votação, a mesma foi aprovada por unanimidade e as tabelas serão enviadas por email aos conselheiros.

A seguir foi feita, pela médica-veterinária da Gerência de Controle de Zoonoses da SMSA, Maria da Consolação Magalhães Cunha, a apresentação do segundo ponto da pauta, mostrando, principalmente, o controle da dengue e da Leishmaniose - houve crescimento desta última em 2004, mas diminuição de 18% a 65% em 2005. No final da exposição a técnica da SMSA comunicou que o Ministério da Saúde avalia o programa de controle de dengue no município como especial, e que o mérito deve ser distribuído a outros setores da PBH, citando a SLU. Este serviço tem realizado ações importantes no controle de dengue, parceria fundamental como a limpeza do anel rodoviário, área da união que não recebe manutenção do Governo Federal. No momento atual de contenção de recursos, a redução de verbas na SLU poderá refletir novos agravos à saúde. Terminada a apresentação, que também será encaminhada por email aos conselheiros, o Conselheiro Márcio Dutra Almeida, perguntou se qualquer cidadão pode solicitar a visita do Controle de Zoonoses em sua casa e foi informado de que sim, o pedido pode ser feito já que o serviço tem ação programada conforme a demanda. À pergunta do Conselheiro Jorge Salum, sobre a existência de vacinas contra Leishmaniose para os cães, Maria da Consolação Magalhães Cunha afirmou que existem, mas que a proteção é abaixo de 60%, não se conseguindo (em testes de laboratórios) distinguir se a positividade do animal foi por contato ou pela vacina. A Secretaria Municipal de Saúde avaliou o custo/benefício, e por enquanto, concluiu que é mais eficaz fazer o controle a partir da eliminação do reservatório e do vetor. A convidada, Luiza (representante da Pastoral do Bairro Santa Mônica), informou que tem feito solicitações, para controle de roedores, pelo Centro de Saúde do Bairro, nunca é atendida e acha o sistema muito burocrático. Maria da Consolação respondeu que, se existe burocracia no sistema de atendimento, é porque o procedimento está incorreto, mas que existe um planejamento de ação na demanda e normalmente o agente da zoonose atende dentro do prazo estabelecido, só não pode desviar do agendamento para não atrasar a ordem dos pedidos. O telefone para pedidos é 3277-7722 para denúncias, e o prazo normal de atendimento é de 10 dias úteis. A Sra. Luiza pediu o nome de produtos para que o próprio morador faça a eliminação de roedores. A técnica da SMSA informou que é responsabilidade da Saúde Pública fazer as intervenções de controle de roedores e que os produtos aplicados para estes fins, têm princípios ativos tóxicos podendo causar intoxicação ou danos maiores à saúde e aproveitou o momento para fazer uma denúncia sobre a venda clandestina do carbamato (Aldicarb) chamado comumente de "chumbinho" que é letal, sendo inclusive usado em suicídios. O Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, comentou que surpreende a baixa incidência de roedores em Venda Nova, região com tantos córregos. Aproveitando a discussão, o Conselheiro Murilo de Campos Valadares, sugeriu que o Projeto Manuelzão organize um debate, entre as ONGs, sobre ideologia e ciência, considerando o equívoco da população em relação alguns temas, a exemplo da

resistência de proprietários de cães positivos por leishmaniose em sacrificar seus animais. A Conselheira Sinara Inácio Meirelles Chenna perguntou se existe possibilidade do vírus 4 da Dengue ser introduzido no município e Maria da Consolação respondeu que a preocupação da SMSA é o vírus 3, que ainda pode causar epidemia se houver uma desmobilização das ações de controle. A representante da SMSA sugeriu, ainda, que o COMUSA agende para uma próxima reunião, uma discussão sobre a Gripe Aviária e a Febre do Nilo. O Conselheiro Murilo de Campos Valadares sugeriu à SMSA que encaminhe oficialmente à SMURBE a solicitação de limpeza do Anel Rodoviário, tendo em vista o combate à dengue. A Senhora Luiza, da Pastoral do Bairro Santa Mônica, informou que, no Conselho de Saúde e na própria COPASA, foi orientada a vir falar no COMUSA sobre o Córrego da Avenida Várzea da Palma, por causa da grande insalubridade do local. O Conselheiro Murilo respondeu que a responsável pelos esgotos da cidade é a COPASA mas quem tem que tirar as famílias para viabilizar a implantação da obra é a Prefeitura e que não há recursos suficientes para solucionar todos os problemas. Segundo ele, este ano já foi definida a aplicação de todo o dinheiro do FMS, mas em 2006 o COMUSA fará uma ampla discussão para, talvez, investir maciçamente em uma das bacias prioritárias de BH. O Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, observou que é importante valorizar a aproximação da discussão do Saneamento da problemática de Saúde Pública e lembrou que o GGSAN vai produzir, ainda este ano, um Relatório de Salubridade Ambiental do município dentro daquilo que a Lei da Política Municipal de Saneamento exige e, nesse trabalho, na reavaliação do ISA, a proposta é alterar o indicador de controle de vetores, que na verdade é um indicador de dengue e, ao invés de trabalhar com número de casos vai-se trabalhar com o número de ovitrampas positivas. Isso significa trabalhar muito mais na perspectiva da prevenção, e, no ano que vem, quando for atualizado o Plano Municipal de Saneamento, a proposta é inserir naqueles critérios de priorização, para além do ISA, critérios epidemiológicos, trabalhando cada vez mais próximo da SMSA. O Conselheiro Murilo de Campos Valadares encerrou a reunião. Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.